

Excelentíssima Ministra Gleisi Hoffmann,

Na condição de conterrâneo, não exatamente contemporâneo (já que nasci bem antes), venho através do presente email manifestar minha preocupação com assunto com o qual convivo há mais de 30 anos e que hoje se encontra, em parte, sob sua responsabilidade.

Trata-se da Cartografia Nacional.

O Brasil, um país com extensão territorial continental, representa um verdadeiro buraco cartográfico no mundo contemporâneo.

Não existe entre os países de seu porte físico e atualmente, com o nível de desenvolvimento e importância econômica, um país tão carente de bases cartográficas como o nosso.

Atualmente dispõe de menos de 2% de seu território mapeado na escala de 1:25.000; menos de 25% mapeado na escala de 1:50.000.

Há anos participo, como representante da iniciativa privada, nas reuniões da plenária da CONCAR – Comissão Nacional de Cartografia (subordinada ao Ministério do Planejamento), onde, além das principais organizações “produtoras”, têm acento representantes de todos os Ministérios, representantes dos Estados (agrupados por regiões geográficas). Mas precisamente, oito anos se passaram desde que foi feito um planejamento estratégico desta Comissão, abrangendo e compilando as principais demandas dos órgãos de governo (Federal e Estaduais).

De prático muito pouco se evoluiu e se fez. Destaca-se entre as ações positivas, a criação da INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais, e o início do projeto de mapeamento da Amazônia com o emprego de RADAR aerotransportado. A primeira iniciativa encampada pelo IBGE e a segunda pela DSG – Diretoria do Serviço Geográfico do Exército. Não me detenho às ações passadas da Marinha em mapear as águas territoriais, tão importantes para garantir o nosso direito de explorar a área do Pré-sal; e nem aos esforços com resultados pífios de se obter cartas de rota de navegação aérea e de aeródromos, desenvolvidos pelo ICA – Instituto Cartográfico da Aeronáutica, tão importantes para a segurança dos vôos e, hoje, fortemente defasados diante das demandas oriundas de acordos e convenções internacionais. É do meu conhecimento que a INFRAERO terá que providenciar cartas de aproximação de aproximadamente 70 aeródromos a toque de caixa em todo o país.

Pois bem, Senhora Ministra, todas estas demandas estão por pipocar aqui e acolá, com forte apelo nos projetos de infraestrutura e nas ações de planejamento, e a CONCAR continua inoperante, gerando falsas expectativas e pouco contribuindo para alargar este gargalo que está por afetar no desenvolvimento do país.

Tal inoperância da CONCAR suscitou recente iniciativa parlamentar para criar a ANCAR – Agência Nacional de Cartografia, recentemente vetada numa das comissões do Legislativo.

Os Estados não podendo mais esperar por uma solução cartográfica que dê suporte às suas necessidades desenvolvimentistas, começam a buscar suas próprias soluções, com esforço e sacrifício. Há de se observar que investir em cartografia, politicamente é pior do que investir em saneamento, pois há pouco apelo e reconhecimento por parte da população. Felizmente a situação do saneamento está mudando, mas a da cartografia ainda está no zero.

Investir em cartografia requer mentalidade e visão estratégica.

Nosso Estado, o Paraná, outrora referência nacional, fruto de centros de excelência como o antigo ITC e a nossa UFPR, hoje amarga longa distância de Estados como São Paulo, Sergipe, Pernambuco, Santa Catarina.

Em minha opinião, enquanto houver na CONCAR as disputas políticas entre o IBGE e a DSG, o país perderá e se atrasará. Vejo na superposição de atribuições entre estas duas instituições o principal motivo para os impasses existentes. Ambas possuem atribuições de cartografar o território nacional gerando cartas topográficas.

Hoje o IBGE, notadamente e reconhecidamente, é competente ao se encarregar dos CENSOS; possui forte viés de informativa, daí ter se concentrado na implantação da INDE e estar procurando encabeçar as ações de *e-government*; mantém a rede geodésica planialtimétrica (Vértices e RNs); mas perdeu totalmente a capacidade de gerar novos mapas topográficos. Recentemente a empresa da qual sou sócio fundador e presidente, foi contratada para mapear metade do território fluminense na escala de 1:25.000. Pois bem, começamos meses depois do IBGE

(que ficou com a outra metade), executamos os serviços em 12 meses e já entregamos os produtos a mais de 6 meses, sem que o IBGE tenha concluído sua parte. Esta é uma evidência clara de minha afirmativa acima.

Já a DSG possui em seus quadros equipe técnica em número suficiente para conduzir parte dos trabalhos hoje pelo País, mas nem de perto o todo no prazo cabível.

Defendo há tempos que seja usada a força instalada da iniciativa privada como força agregada na condução destas demandas cartográficas. Às instituições de governo caberia, prioritariamente, especificar e validar os produtos gerados pela iniciativa privada.

Coisa do gênero vem sendo praticada por outras áreas do atual governo, como alternativa para agilizar as demandas que o momento atual requer.

Tempos atrás me atrevi escrever a carta anexa ao Ministro Paulo Bernardo, embora na ocasião já não fosse de sua responsabilidade tal matéria.

Contando com sua atenção para o tema exposto, apresento minhas considerações de respeito.

Atenciosamente.



**Engº Renato Asinelli Filho**

Presidente



✉ [renato@engefoto.com.br](mailto:renato@engefoto.com.br)

☎ 41 3071-4200 | Fax: 41 3071-4202

[www.engefoto.com.br](http://www.engefoto.com.br)



Pense antes de imprimir.

Preservar os recursos naturais do planeta é responsabilidade de todos!